
***SPE Santa Maria
Transmissora de
Energia Elétrica S.A.***

***Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
SPE Santa Maria Transmissora de
Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

SPE Santa Maria Transmissora de
Energia Elétrica S.A.

Outros assuntos

A SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 10 de março de 2020, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

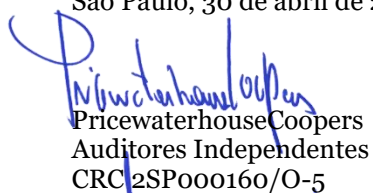


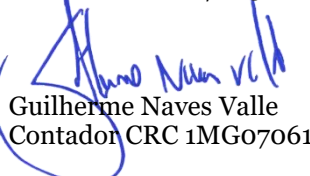
SPE Santa Maria Transmissora de
Energia Elétrica S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - REGULATÓRIO
(Em reais - Centavos omitidos exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.480.834	4.560.866
Aplicação financeira-Conta reserva BNDES	7	2.485.945	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	8	2.066.326	2.228.950
Impostos a recuperar		403.237	507.980
Despesas pagas antecipadamente		18.922	103.454
Outros		70.274	48.291
		10.525.538	7.449.541
Não circulante			
Créditos Tributários		1.376.147	
Imobilizado líquido	9	118.924.108	122.806.100
Intangível	10	16.505.862	17.244.143
Não circulante		136.806.117	140.050.243
		147.331.655	147.499.784
Total do ativo		147.331.655	147.499.784
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		2019	2018
Passivo circulante			
Fornecedores		232.077	455.852
Financiamentos	11	3.675.852	-
Obrigações tributárias e previdenciárias	13	177.739	420.520
Provisão pesquisa e desenvolvimento		97.506	53.518
Adiantamento de clientes		622.706	2.347
Dividendos		2.240.588	-
Partes relacionadas	12	622.270	99.130.046
Obrigações trabalhistas		29.647	46.558
		7.698.385	100.108.841
Passivo não circulante			
Financiamentos	11	94.590.853	-
		94.590.853	-
Patrimônio líquido			
Capital	14	42.474.716	45.474.716
Reserva de deságio de investimento		680.611	680.611
Reserva legal		911.606	439.903
Reserva especial de dividendos		2.089.538	2.089.538
Reserva de lucros		(1.114.054)	(1.293.825)
		45.042.417	47.390.943
		147.331.655	147.499.784
Total do passivo e patrimônio líquido		147.331.655	147.499.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - REGULATÓRIO
(Em reais - Centavos omitidos exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		23.971.836	5.760.504
Indenizações	15	-	2.052.626
Receita Bruta		23.971.836	7.813.130
Taxa de fiscalização e outros		(72.408)	
Pis e Cofins		(2.217.395)	(768.019)
Quota para P&D		(215.089)	(53.518)
Receita Líquida	15	21.466.944	6.991.593
Custos operacionais	16	(7.729.959)	(1.850.120)
Despesas gerais e administrativas	17	(1.288.976)	(1.251.392)
Resultado da atividade		12.448.009	3.890.081
Receitas financeiras	19	312.891	490.567
Despesas financeiras	19	(11.110.959)	(2.459.210)
Lucro (Prejuízo) Operacional		1.649.941	1.921.438
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(134.026)	-
Diferido		1.376.147	-
Lucro do exercício		2.892.062	1.921.438
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - REGULATÓRIO
(Em reais - Centavos omitidos exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva Especial de Dividendos</u>	<u>Reserva de Deságio de Investimento</u>	<u>Reserva de Lucros (Prejuízos)</u>	<u>Resultados Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	76.474.716	81.915	389.094	-	(476.220)	-	76.469.505
Aumento de capital	6.000.000	-	-	-	-	-	6.000.000
Redução de capital	(37.000.000)	-	-	-	-	-	(37.000.000)
Constituição da reserva de deságio de investimento	-	-	-	680.611	-	(680.611)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	1.921.438	1.921.438
Constituição de reserva legal - 5% (Societário)	-	357.988	-	-	-	(357.988)	-
Dividendos obrigatórios - 25 % Societário	-	-	1.700.444	-	-	(1.700.444)	-
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	(817.605)	817.605	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	45.474.716	439.903	2.089.538	680.611	(1.293.825)	-	47.390.943
Redução de capital	(3.000.000)	-	-	-	-	-	(3.000.000)
Constituição de reserva de deságio para investimento	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício (Societário)	-	-	-	-	-	9.434.055	9.434.055
Ajuste Societário / Regulatório	-	-	-	-	-	(6.541.993)	(6.541.993)
Constituição de reserva legal - 5 % (Societário)	-	471.703	-	-	-	(471.703)	-
Dividendos obrigatórios (25%)	-	-	-	-	-	(2.240.588)	(2.240.588)
Constituição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	(1.196.376)	1.196.376	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	42.474.716	911.606	2.089.538	680.611	(2.490.201)	1.376.147	45.042.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - REGULATÓRIO
(Em reais - Centavos omitidos exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro do exercício antes do IR e CSLL		1.649.941	1.921.438
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais			
Depreciações	16	4.659.376	653.665
Despesas financeiras de empréstimos	11	4.008.497	-
Despesas financeiras de partes relacionadas	12	6.439.631	2.415.339
Provisão para P & D		43.988	53.518
Redução (aumento) de ativos			
Aplicação financeira-Conta reserva BNDES		(2.485.945)	
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	8	162.624	(2.228.950)
Tributos compensáveis		104.743	(504.984)
Despesas antecipadas		84.532	(51.674)
Adiantamentos		-	10.589.284
Outros		(21.982)	-
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(223.775)	(12.256.415)
Obrigações tributárias		(376.807)	363.263
Obrigações trabalhistas		(16.911)	41.206
Adiantamento a Clientes		620.359	-
Partes relacionadas		622.270	2.347
Outros		387.850	
Caixa gerado pelas operações		15.658.391	998.037
Juros pagos parte relacionada		(13.615.677)	-
Juros pagos empréstimo bancário		(2.700.410)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(387.850)	-
		(16.703.937)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado - Concessão e intangível		-	(55.397.150)
Imobilizado - Juros Capitalizados		-	(2.987.411)
Imobilizado operacional		(39.104)	(4.498)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(39.104)	(58.389.059)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de Capital		-	6.000.000
Redução de capital		(3.000.000)	(37.000.000)
Recebimento por empréstimo a longo prazo		98.937.081	-
Pagamento de principal e juros de empréstimos longo prazo		(1.978.463)	-
Pagamento de principal e juros de empréstimos partes relacionadas		(91.954.000)	-
Empréstimo de parte relacionada		-	91.954.000
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		2.004.618	60.954.000
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício		919.968	3.562.978
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		4.560.866	997.888
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício		919.968	3.562.978
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		5.480.834	4.560.866
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019
(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

1. Informações gerais

1.1. O Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por grandes distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico -ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso de reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas – partes da potência da usina.

1.2. Contexto operacional

A SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (“Santa Maria” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 21 de outubro de 2015 e tem como objeto social a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluído a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão do Sistema Integrado Nacional.

A Companhia controlada pela Terna Plus S.R.L – Itália, entrou em operação comercial em 3 de outubro de 2018.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada em 30/04/2020 pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

1.3. Concessão

Localizada no estado do Rio Grande do Sul, composta pela linha de transmissão Santa Maria 3 – Santo Ângelo 2, com extensão de 158 km, decorrente do edital de leilão no. 01/2015 ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, processo no. 48500.006132/2014-44.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

Número	Anos	Prazo	RAP	Índice de Correção
03/2016	30	18.01.2046	21.247.087	IPCA

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019

(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado anualmente e revisado a cada cinco anos.

Parcela variável: A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados – De acordo com o contrato de concessão o advento do termo final do contrato determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a indenização das parcelas dos investimentos vinculado a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, nos termos do art. 36 da lei 8987/1995.

Renovação da concessão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, mediante requerimento da Companhia.

A Companhia deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, em conformidade com a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco e cumprir todas suas exigências. A licença de operação No. 0596/2018 emitida pelo órgão ambiental estadual FEPAM - RS é condição necessária para a operação do empreendimento.

2. Resumo das principais políticas contábeis regulatórias

As principais políticas contábeis regulatórias aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (Regulatórias) foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Existem diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias (Societárias) e as Demonstrações e as Demonstrações Contábeis Regulatórias (Regulatórias), tendo em vista que a MCSE exige tratamentos e divulgações alternativos para certas práticas contábeis e de

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019
(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

divulgação das demonstrações regulatórias. As diferenças entre as práticas contábeis Regulatórias e Societárias estão demonstradas na nota. 23.

2.2. Informações por Segmento

A Companhia, atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e tem como atividade a disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. Este contrato estabelece os termos e as condições que regulam a ONS na cobrança e liquidação dos encargos de uso de transmissão, sem a interferência da Companhia sobre a definição dos usuários e quanto cada um pagará pelo acesso das linhas de transmissão. A gerência e administração do contrato será de inteira responsabilidade do ONS, sem qualquer obrigação contratual direta da Companhia frente aos usuários que acessarão a linha de transmissão.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1 Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado. A Administração determina a classificação dos seus instrumentos financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019
(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Ativo Imobilizado

Reconhecimento e mensuração – Os itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui todos os gastos que são diretamente relacionados à aquisição de um ativo.

Depreciação – Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada um de seus componentes. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação do imobilizado operacional estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido através da Resolução Normativa Aneel no. 674 de 11 de agosto de 2015.

2.7. Contas a pagar aos fornecedores

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo valor amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas correspondente ao valor da fatura.

2.8. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data base do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após doze meses.

2.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados sobre os resultados societários, com base no regime de lucro real, considerando-se as inclusões e exclusões ao resultado e as taxas determinadas pela legislação.

São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro.

2.10. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3. Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não se pronunciou a respeito das normas e interpretações revisadas e já emitidas pelo CPC.

3.1 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019 nas suas Demonstrações Financeiras Societárias

3.1.1 CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, exceto para arrendamentos operacionais de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) registra as operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconhecerá: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação/amortização dos ativos; e (iv) despesas financeiras com juros sobre obrigações do arrendamento.

Nas demonstrações regulatórias não foram aplicadas as novas regras de Arrendamento mercantil, tendo em vista que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não se pronunciou a respeito da aplicação deste CPC.

3.1.2 ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda

Esta interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e, embora a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não tenha se pronunciado a respeito da aplicação desta norma, concluiu que não haveria impacto significativo a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

(a) Provisão para riscos

As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras anuais. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e risco regulatório.

(a) Risco de crédito

Exceto pelo contas a receber associado a faturamento da RAP aos agentes determinados pelo ONS, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações de baixo risco, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para se adequar ao planejamento financeiro da companhia.

(c) Risco de taxa de juros

A companhia em 31 de dezembro de 2019 possui empréstimo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, conforme detalhado na nota 11.

(d) Risco Regulatório e Ambiental

A extensa legislação e regulamentação governamental emitida pelos órgãos Ministério de Minas e Energia-MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente impõe uma série de normas e obrigações que a concessionária deve respeitar na exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica. O descumprimento destas obrigações impõe penalidades às concessionárias e em casos extremos a perda da concessão.

5.2. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades e contas a pagar a fornecedores.

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019

(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos de até doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, de forma que seu valor contábil é equivalente ao valor justo.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e baixo risco de variação do valor justo.

(ii) Outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

6. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa e ativo financeiro, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias.

Os instrumentos financeiros são compostos como segue:

	2019	2018
Ativo a custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	5.480.834	4.560.866
Aplicação financeira - Conta reserva BNDES	2.485.945	
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	2.066.326	2.228.950
	10.033.105	6.789.816
Outros passivos financeiros		
Empréstimo parte relacionada	-	99.130.046
Empréstimos bancários	98.266.705	-
Fornecedores	232.077	455.852
	98.498.782	99.585.898

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019
(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos conta movimento	1.399.658	1.101.239
Aplicação financeira automática	1.612.558	274.677
Depósitos e recibos a prazo fixo	2.468.618	3.184.950
	5.480.834	4.560.866
Aplicação financeira - Conta reserva BNDES	2.485.945	-
	7.966.779	4.560.866

Os depósitos e recibos a prazo fixo, referem-se a Certificados de Depósito Bancários (CDB) de liquidez imediata com prazo de aplicação de um ano. As aplicações são remuneradas a taxas que variam de 97% a 99% do CDI.

8. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

Se refere ao saldo de contas a receber da RAP faturada contra os agentes.

9. Imobilizado

Composição:

	Taxa Deprec.	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Administração					
Obras civis e benfeitorias	10%	2.950	(442)	2.508	-
Móveis e utensílios	10%	4.014	(268)	3.746	-
Equipamento de informática	20%	18.198	(6.457)	11.741	13.892
		25.162	(7.167)	17.995	13.892
Transmissão					
Obras civis e benfeitorias	3,5%	2.122.254	(87.772)	2.034.482	2.104.029
Máquinas e equipamentos	3,2%	120.051.800	(4.470.674)	115.581.126	119.091.244
Móveis e utensílios	6,3%	125.461	(9.148)	116.313	123.819
Material em depósito	n.a.	1.174.192	-	1.174.192	1.171.027
A ratear	n.a.	-	-	-	302.088
		123.473.707	(4.567.594)	118.906.113	122.792.207
Total do imobilizado		123.498.869	(4.574.761)	118.924.108	122.806.100

Movimentação:

	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Transfe- rências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2019</u>
Administração					
Obras civis e benfeitorias	-	2.950	-	(442)	2.508
Móveis e utensílios	-	4.014	-	(268)	3.746
Equipamentos de informática	13.892	1.395	-	(3.546)	11.741

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019****(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)**

	<u>13.892</u>	<u>8.359</u>	<u>-</u>	<u>(4.256)</u>	<u>17.995</u>
Concessão					
Obras civis e benfeitorias	2.104.029	-	5.720	(75.267)	2.034.482
Máquinas e equipamentos	119.091.244	-	323.610	(3.833.728)	115.581.126
Móveis e utensílios	123.819	-	338	(7.844)	116.313
Material em depósito	1.171.027	3.165	-	-	1.174.192
A ratear	302.088	27.580	(329.668)	-	-
	<u>122.792.207</u>	<u>30.745</u>	<u>-</u>	<u>(3.916.839)</u>	<u>118.906.113</u>
	<u>122.806.100</u>	<u>39.104</u>	<u>-</u>	<u>(3.921.095)</u>	<u>118.924.108</u>

A despesa de juros sobre empréstimos, líquida da receita de juros sobre aplicações financeiras, foram capitalizados até a conclusão do projeto outubro de 2018.

10. Intangível

A movimentação é como segue:

	<u>2018</u>	<u>Transferência Adições</u>	<u>Amortizações</u>	<u>2019</u>
Servidões	17.244.143	-	738.281	16.505.861
Total do Intangível	<u>17.244.143</u>	<u>-</u>	<u>738.281</u>	<u>16.505.861</u>

A conta de servidões, representa o valor desembolsado pela Companhia para obtenção da utilização de terrenos de terceiros. As Servidões são depreciadas pelo método linear a uma taxa anual de 3,7% calculada com base no prazo remanescente da concessão, após a entrada em operação comercial.

11. Financiamentos

	<u>2018</u>	<u>Valor do Empréstimo</u>	<u>Juros Incorridos</u>	<u>Juros Pagos</u>	<u>Amortização Principal</u>	<u>2019</u>
BNDES	-	98.937.081	4.008.496	(2.700.410)	(1.978.463)	98.266.705
Curto Prazo						3.675.852
Longo Prazo						94.590.853

Único empréstimo da Companhia tomado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (FINEM), na modalidade *Project Finance*, amortizável em 278 parcelas mensais e consecutivas a partir de junho de 2019 e com vencimento final em 15.07.2042. Sobre o empréstimo incidem encargos de

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019

(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

IPCA+ TLP a taxa de 2,98 % + Spread de 1,98 %.

O empréstimo é garantido por fiança bancária até o *completion* financeiro, que se caracteriza pelo cumprimento do *covenant* de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,3x, em um mesmo exercício, além do penhor de 100% das ações da Empresa, conta reserva e os recebíveis da concessão.

12. Partes Relacionadas

O saldo de 2019 de R\$622.270 se refere a parte da comissão de 0,50% ao ano da fiança bancária emitida pelo banco BNP Paribas em favor BNDES como garantia do contrato de financiamento, pagos pela Terna SpA, e que deverão ser reembolsados pela Companhia ao longo do ano de 2020.

O saldo de 2018 de R\$ R\$ 99.130.146 refere-se ao empréstimo de R\$ 91.954.000 contratado junto a Terna SpA, controladora do grupo. O empréstimo foi quitado em 2019 utilizando-se dos recursos captados junto ao BNDES.

13. Obrigações tributárias e previdenciárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pis	25.292	71.746
Cofins	116.721	330.430
INSS a recolher	15.237	14.329
Impostos retidos na fonte	13.978	1.430
Outros	6.511	2.585
	<u>177.739</u>	<u>420.520</u>

14. Patrimônio líquido

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 42.474.716, está representado por 42.474.716 ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. Ao longo do ano de 2019, houve redução de capital de R\$ 3.000.000 de forma a reembolsar o acionista parte do capital aportado para financiar os investimentos da Companhia até que o empréstimo do BNDES fosse desembolsado.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Ordinárias</u>
Terna Plus S.r.l	42.474.715
Terna Chile S.p.A	1
Total	<u>42.474.716</u>

No exercício de 2019 foram declarados e provisionados os dividendos mínimos obrigatórios de 25 % do lucro líquido societário, após deduzida a parcela da reserva legal, conforme previsto no estatuto da Companhia, no montante de R\$ 2.240.588.

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019****(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)**

Reservas: (a) Reserva Legal: constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva de lucros (prejuízos) acumulados: constituída com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de absorver eventuais prejuízos nos exercícios subsequentes ou para pagamento de dividendos em momento oportuno e quando previamente aprovado em assembleia Geral ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

15. Receita Operacional

	2019	2018
Disponibilização do sistema de transmissão	23.971.836	5.760.504
Indenizações	-	2.052.626
Receitas Bruta	23.971.836	7.813.130
Pis e Cofins	(72.408)	-
Quota para pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(2.217.395)	(768.019)
Taxa de fiscalização e outros	(215.089)	(53.518)
	(2.504.892)	(821.537)
Receita líquida	21.466.944	6.991.593

16. Custos operacionais

	2019	2018
Pessoal	598.100	281.229
Serviços de terceiros	2.166.682	756.382
Alugueis	120.549	33.686
Comunicações	73.525	9.631
Outros	111.727	115.527
Depreciações e amortizações	4.659.376	653.665
	7.729.959	1.850.120

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019

(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pró Labore	323.254	120.129
Pessoal	171.665	12.935
Serviços de terceiros	444.927	701.076
Alugueis	-	7.773
Despesas Bancárias	158.075	333.998
Seguros	111.308	52.902
Outros	79.747	22.579
	<u>1.288.976</u>	<u>1.251.392</u>

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Corrente

	<u>31.12.2019</u>		<u>31.12.2018</u>	
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Lucro antes do IR e CSLL	8.546.589	8.546.589	14.107.114	14.107.114
Alíquotas nominais vigentes	25 %	9 %	25 %	9 %
Valores esperados	2.136.647	769.193	3.526.778	1.269.640
Receita de ativos financeiros	(5.817.863)	(2.103.430)	(5.230.790)	(1.883.084)
RAP	3.660.462	1.317.766	1.127.786	406.003
Impostos diferidos	540.464	194.567	472.521	170.108
Pis e Cofins da Rap	(483.225)	(173.961)	-	-
Provisões diversas	163.780	58.961	13.379	4.817
Outros	(58.271)	(3.339)	(131.157)	(47.218)
Compensação de prejuízo	(49.798)	(17.927)	-	-
Valores efetivos	92.196	41.830	(221.483)	(79.734)
Alíquota efetiva	1,1 %	0,5 %	-	-

18.2 Diferido

Créditos de IRJP e CSLL apurados sobre prejuízos anteriores e contabilizados na parte B do Lalur. O saldo de créditos fiscais serão utilizados para compensação de tributos apurados em resultados futuros.

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019
(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

19. Resultado financeiro líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas sobre aplicações	293.523	523.925
Outras	34.627	77.057
Tributos sobre receitas financeiras	<u>(15.259)</u>	<u>(110.415)</u>
Receitas Financeiras	<u>312.891</u>	<u>490.567</u>
IOF, comissões e taxas	(633.677)	(23.004)
Outras	-	(350)
Juros e variações monetárias	<u>(10.477.282)</u>	<u>(2.435.856)</u>
Despesas financeiras	<u>(11.110.959)</u>	<u>(2.459.210)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(10.798.068)</u>	<u>(1.968.643)</u>

Os juros sobre empréstimos foram capitalizados até o término da construção do projeto.

20. Seguros – não auditado

As coberturas de seguro foram contratadas pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos corretores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a companhia é beneficiária das seguintes apólices de seguro:

	Vigência	Limite Máx. Indenizável
Responsabilidade Civil*	03.10.2019 a 03.10.2020	R\$40.000.000
Riscos Operacionais*	03.10.2019 a 03.10.2020	R\$24.500.000
Riscos de Engenharia	31.08.2018 a 30.09.2020	R\$130.633.030
Executante Construtor com Manutenção Corretiva	26.06.2017 a 31.03.2021	R\$5.481.651
D&O*	31.07.2019 a 31.07.2020	US\$3.000.000

*Estas apólices cobrem as coligadas SPE Santa Maria e SPE Santa Lucia

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades. A Companhia possui cobertura de seguros para cobrir danos a terceiros, incluindo seus funcionários, além de seus bens tangíveis atrelados à concessão, inclusive as linhas de

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019
(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

transmissão do projeto. Adicionalmente a companhia possui cobertura de seguro de diretores e administradores - “Directors and Officers - D&O”.

21. Contingência

Com relação ao direito de acesso as faixas de servidão, a Companhia possui Declaração de utilidade pública (DUP) emitida pela Aneel desde 04 de abril de 2017, que lhe garante praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das instalações de energia elétrica, sendo lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída. Assim a Companhia fica obrigada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão. Para administrar e executar a instituição das áreas de servidão, a Companhia contratou a empresa Opus 4, incorporada em 29/03/2019 pela construtora Planova, por um valor pré-fixado. Embora a Planova se responsabilize por arcar com eventuais custos de indenização que venham a ultrapassar o valor pré-fixado em contrato, a Companhia é parte de ações judiciais onde não foi possível chegar a um valor de indenização de forma amigável junto aos proprietários de terra. Desta forma a companhia entende não ser necessário constituir contingência, uma vez que a Planova irá arcar com todos os custos que ainda vierem a ser incorridos referentes as faixas de servidão.

22. Evento subsequente

Baseado no plano de negócios vigente, a partir de 1º de janeiro de 2020, a Companhia optou por mudar seu regime fiscal de Lucro Real de incidência não cumulativa para Lucro Presumido de incidência cumulativa.

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde decretou pandemia mundial relacionado ao vírus COVID 19. Em função das circunstâncias foram tomadas diversas medidas emergenciais de restrição e isolamento pelas autoridades brasileiras que podem vir a impactar o plano de manutenção programada do projeto. A companhia continuará a monitorar a situação tomando, quando necessário, medidas mitigatórias para preservar a disponibilidade da linha de transmissão e a saúde e segurança de seus colaboradores e prestadores de serviços.

23. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração de resultado do exercício regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias e para fins regulatórios a Companhia seguiu a regulamentação regulatória determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MSCE. A seguir, estamos apresentando as diferenças de práticas contábeis adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias e nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, bem como os detalhes da natureza e explicações dos ajustes entre elas:

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019

(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO							
Contas	Nota	32.12.2019			31.12.2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa		7.966.779	-	7.966.779	4.560.866	-	4.560.866
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		2.066.326	-	2.066.326	2.228.950	-	2.228.950
Ativo da concessão	(i)	-	20.640.307	20.640.307	-	18.864.577	18.864.577
Impostos a recuperar		403.237	-	403.237	507.980	-	507.980
Adiantamentos a fornecedores		70.274	-	70.274	48.291	-	48.291
Despesas pagas antecipadamente		18.922	-	18.922	103.454	-	103.454
Total dos ativos circulantes		10.525.538	20.640.307	31.165.845	7.449.541	18.864.577	26.314.118
Ativos não circulantes							
Créditos Tributários	(xi)	1.376.147	(1.376.147)	-	-	-	-
Ativo da concessão	(i)	-	151.609.164	151.609.164	-	150.881.106	150.881.106
Imobilizado – concessão	(iii)	118.906.113	(118.906.113)	-	122.792.208	(122.792.208)	-
Imobilizado operacional		17.995	-	17.995	13.892	-	13.892
Bens de direito de uso	(iv)	-	187.604	187.604	-	-	-
Intangível	(i)	16.505.862	(16.505.862)	-	17.244.143	(17.244.143)	-
Total dos ativos não circulantes		136.806.117	15.008.646	151.814.763	140.050.243	10.844.755	150.894.998
Total dos ativos		147.331.655	35.648.953	182.980.608	147.499.784	29.709.332	177.209.116

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019

(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO							
<u>Contas</u>	<u>Nota</u>	<u>32.12.2019</u>			<u>31.12.2018</u>		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Passivos circulantes							
Fornecedores		232.077	-	232.077	455.852	-	455.852
Financiamentos		3.675.852	-	3.675.852	-	-	-
Obrigações tributárias e previdenciárias		177.739	-	177.739	420.520	-	420.520
Provisão pesquisa e desenvolvimento		97.506	-	97.506	53.518	-	53.518
Adiantamento de clientes		622.706	-	622.706	-	-	-
Dividendos		2.240.588	-	2.240.588	-	-	-
Partes relacionadas		622.270	-	622.270	99.130.046	-	99.130.046
Obrigações trabalhistas		29.647	-	29.647	46.558	-	46.558
Passivo arrendatário - aluguel	(v)	-	82.353	82.353	2.347	-	2.347
Total dos passivos circulantes		7.698.385	82.353	7.780.738	100.108.841	-	100.108.841
Passivos não circulantes							
Financiamentos		94.590.853	-	94.590.853	-	-	-
Passivo arrendatário - aluguel	(iv)	-	104.964	104.964	-	-	-
Impostos diferidos	(ii)	-	22.037.815	22.037.815	-	22.827.504	22.827.504
Total dos passivos não circulantes		94.590.853	22.142.779	116.733.632	-	22.827.504	22.827.504
Patrimônio líquido							
Capital		42.474.716	-	42.474.716	45.474.716	-	45.474.716
Reserva de deságio de investimento		680.611	-	680.611	680.611	-	680.611
Reserva legal		911.606	-	911.606	439.903	-	439.903

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019

(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

Reserva especial de dividendos		2.089.538		2.089.538	2.089.538	-	2.089.538
Reserva especial de lucros (prejuízos)		(1.114.054)	13.423.821	12.309.767	(1.293.825)	6.881.828	5.588.003
Patrimônio líquido	(v)	45.042.417	13.423.821	58.466.238	47.390.943	6.881.828	54.272.771
Total dos passivos e patrimônio líquido		147.331.655	35.648.953	182.980.608	147.499.784	29.709.332	177.209.116

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Contas	Nota	32.12.2019			31.12.2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita líquida	(vi/viii)	21.466.944	2.241.706	23.708.650	6.991.593	74.679.783	81.671.376
Custo de construção	(ix)	-	-	-	-	(60.157.856)	(60.157.856)
Custos operacionais		(7.729.959)	4.659.376	(3.070.583)	(1.249.358)	-	(1.249.358)
Lucro bruto		13.736.985	6.901.082	20.638.067	5.742.235	14.521.927	20.264.162
Despesas gerais e administrativas		(1.288.976)	13.773	(1.275.203)	(1.852.154)	651.754	(1.201.400)
Lucro operacional		12.448.009	6.914.855	19.362.864	3.890.081	15.173.681	19.062.762
Receitas financeiras		312.891	-	312.891	490.567	1.773.703	2.264.270
Despesas financeiras	(vii)	(11.110.959)	(18.207)	(11.129.166)	(2.459.210)	(4.760.708)	(7.219.918)
Lucro antes do IR e CSLL		1.649.941	6.896.648	8.546.589	1.921.438	12.186.676	14.107.114
Imposto de renda e contribuição social					-	-	-
Diferido	(x/xi)	1.376.147	(354.655)	1.021.492	-	(6.947.350)	(6.947.350)
Corrente		(134.026)	-	(134.026)			
Lucro do exercício		2.892.062	6.541.993	9.434.055	1.921.438	5.239.326	7.159.764

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019
(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

A seguir, são detalhadas a natureza e as explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo da concessão

A Companhia vem adotando nas suas demonstrações financeiras societárias para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão a interpretação ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC -05 – Contratos de Concessão. Com base nestas interpretações, a receita anual permitida – RAP, é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro da concessão (investimento realizado nas linhas de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, quando em operação.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase pré-operacional e de construção das linhas, são contabilizadas pelos seus valores justos com base nos pronunciamentos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção, equivalente ao IAS 11 e CPC 30 (R1) – Receitas equivalente ao IAS 18 e a interpretação ICPC 01 (R1) equivalente ao IFRIC 12, respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Para fins regulatórios deve ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos de construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado (no caso Imobilizado em Construção – Concessão). Todos os efeitos da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais dos impostos diferidos (IR, CSLL, Pis e Cofins), quando aplicável.

(ii) Impostos diferidos

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias e como consequência os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Imobilizado

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no MCSE, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado da Companhia foi reconhecido como ativo da concessão, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no MCSE do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado. As premissas específicas para o ativo imobilizado são:

(i) garantir que o ativo imobilizado não seja afetado pela ICPC 01 (R1); e

(ii) que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL

SPE Santa Maria Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019
(Em Reais – Centavos omitidos quando não indicado)

(iv) Bens com direito de uso e passivo arrendatário

Para fins de demonstrações contábeis regulatórias, a ANEEL não se pronunciou a respeito da adoção do CPC 06 – Operações e Arrendamento Mercantil e por essa razão não foi adotado para as demonstrações regulatórias.

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido regulatório e societário (ICPC 01 (R1))	2019	2018
Patrimônio líquido regulatório	45.042.417	47.390.943
Ativo da concessão, líquido de Pis e Cofins:		
Do exercício	2.241.706	14.521.927
Acumulado do exercício anterior	14.521.927	2.502.209
Depreciação e amortização da concessão		
Do exercício	4.659.376	650.755
Acumulado do exercício anterior	650.575	-
Despesas financeiras capitalizadas	-	(2.987.411)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Do exercício	(354.655)	(6.947.350)
Acumulado do exercício anterior	(8.205.246)	(1.257.896)
Outras	(89.862)	399.594
Patrimônio líquido societário	58.466.238	54.272.771

(vi) Receita Líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) e CPC 47/IFRS 15 – Receitas de Contratos de Clientes. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão, na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

(vii) Despesas financeiras

Os juros sobre empréstimos, líquidos da receita de juros sobre aplicações financeiras, foram ativados até o término da construção das linhas, de acordo com o CPC 20 e Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE)

(viii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso referentes ao PIS e COFINS diferidos.

(ix) Custos de construção

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) e CPC 17 (R1) / IAS 18 – Contratos de Construção foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(x) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IR e CSLL diferidos.

(vi) Créditos Fiscais de IRPJ + CSLL sobre prejuízos anteriores

Nas demonstrações financeiras societárias foram contabilizados na conta do passivo de impostos diferidos como um redutor do saldo. Nas demonstrações regulatórias os créditos fiscais são contabilizados no ativo.
